

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS IA



USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM EDITORAS BRASILEIRAS

Preâmbulo

A Inteligência Artificial (IA), especialmente a IA Generativa (GenIA), apresenta-se como uma tecnologia transformadora, com potencial para impactar profundamente os processos editoriais. No Brasil, um país com vasta diversidade cultural e com desafios socioeconômicos específicos, como a exclusão digital e a concentração de mercado, a adoção de IA exige cautela redobrada e um compromisso firme com a ética e a responsabilidade. Este documento visa fornecer diretrizes para que as editoras brasileiras possam atuar com segurança neste novo cenário. O objetivo é orientar o uso ético das oportunidades geradas pela IA, garantindo o respeito aos direitos autorais e à autoria humana. Além disso, o texto propõe o combate à colonização algorítmica e à pirataria, reconhecendo as vulnerabilidades dos pequenos editores frente às grandes corporações tecnológicas. Reconhecemos que a IA está em constante evolução, e estas diretrizes deverão ser revisitadas periodicamente.



04 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- Primazia humana e responsabilidade
- Respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual
- Autoria, originalidade e integridade literária
- Transparência e divulgação
- Combate a vieses (*bias*) e discriminação
- Privacidade e segurança de dados

08 DIRETRIZES PRÁTICAS PARA CASOS DE USO

- Geração/assistência de texto (rascunhos, ideias, resumos)
- Tradução
- Revisão e edição
- Criação de imagens e elementos gráficos
- Marketing e divulgação

10 DESAFIOS ESPECÍFICOS DAS EDITORAS BRASILEIRAS

- Colonização algorítmica e cultural
- Combate à pirataria no treinamento
- Assimetria de mercado e acesso
- Treinamento e conformidade

12 SUGESTÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DE IA NA SUA EDITORA

- Liderança
- Planejamento e gerenciamento de riscos
- Recursos e conhecimento
- Uso no dia a dia e gerenciamento da IA
- Comunicação e relacionamento (com autores, leitores e fornecedores)

1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Primazia humana e responsabilidade:

- A IA deve ser utilizada como ferramenta de apoio ao trabalho editorial, não como substituta da inteligência, da criatividade e do discernimento humanos.
- A responsabilidade final (*accountability*) por todo conteúdo publicado, mesmo que assistido por IA, recai sobre os autores e editores humanos. Deve-se garantir a possibilidade de atribuir responsabilidade ética e legal a pessoas físicas ou jurídicas.
- É essencial manter a supervisão humana (*human in the loop*) em todas as etapas críticas do processo editorial que envolvam IA.

Respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual:

- É importante estar atento ao uso de ferramentas de IA treinadas com material protegido por direitos autorais sem a devida autorização ou licenciamento dos titulares. Obras de autoria são protegidas por leis nacionais e tratados internacionais.
- A pirataria de conteúdo para treinamento de IA é inaceitável e ilegal. Dentro do possível, as editoras devem se esforçar para utilizar ou contratar ferramentas que garantam a legalidade e a ética na obtenção de seus dados de treinamento.
- É importante que as editoras tenham contratos claros com autores e colaboradores definindo explicitamente a permissão (ou proibição) do uso de suas obras para treinamento de IA.
- O conteúdo gerado por IA, no estado atual da legislação e jurisprudência, pode não ser passível de proteção por direitos autorais. A inclusão de material gerado por IA deve ser analisada juridicamente quanto à proteção da obra como um todo.
- Ao usar qualquer ferramenta de IA, é fundamental garantir que elas cedam todos os direitos sobre o conteúdo gerado ao usuário.

Autoria, originalidade e integridade literária:

- Ferramentas de IA não podem ser listadas como autoras ou coautoras de publicações. A autoria requer responsabilidade legal e moral que só um humano pode assumir.
- O uso de IA para gerar textos completos que são apresentados como de autoria humana, sem modificação substancial e revisão crítica, configura má-fé e pode ser considerado plágio ou fabricação.
- Os sistemas atuais de IA generativa operam com base em padrões aprendidos de dados existentes, o que significa que sua “criação” é, por definição, derivada, e não intrinsecamente original no sentido humano. A originalidade humana deve ser preservada e valorizada.



Imagem <https://www.freepik.com/>

Transparência e divulgação:

- Recomenda-se a transparência quanto ao uso de ferramentas de IA nos processos editoriais internos.
- Para o público leitor e para autores, é fundamental divulgar, de forma clara e acessível, quando um conteúdo foi substancialmente gerado ou modificado por IA. Isso pode ser feito por meio de notas no expediente, na introdução, no prefácio ou em outra seção pertinente.
 - O uso de IA para tarefas como verificação ortográfica/gramatical ou formatação básica geralmente não requer divulgação.
- A falta de transparência sobre as fontes de dados e o funcionamento dos algoritmos (“caixa-preta”) das IAs comerciais é um desafio. As editoras devem pressionar os fornecedores por maior clareza e manter plena ciência das limitações dos sistemas.

Combate a vieses (bias) e discriminação:

- Os sistemas de IA podem perpetuar e amplificar vieses (de gênero, raça, socioeconômicos etc.) presentes nos dados com os quais foram treinados.
- É crucial avaliar criticamente o conteúdo gerado por IA para identificar e mitigar vieses, estereótipos ou desinformação. Isso é especialmente importante no contexto brasileiro, para não reforçar desigualdades históricas.
- Priorizar, sempre que possível, o uso de IA treinada com dados mais diversos e representativos da realidade brasileira ou que permitam auditoria e ajuste para reduzir vieses.



Privacidade e segurança de dados:

- Ao utilizar ferramentas de IA, especialmente as on-line, deve-se ter extrema cautela com a inserção de dados confidenciais, como manuscritos inéditos e dados pessoais de autores, pareceristas ou leitores. Muitos modelos utilizam esses dados para retreinamento.
- As práticas devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Sugere-se adotar medidas de segurança robustas para proteger os sistemas e dados contra acessos não autorizados ou ciberataques, especialmente se a IA estiver integrada a sistemas internos da editora.
- Recomenda-se o uso de IAs generativas criadas sem violações de direitos autorais.
- Sempre que possível, deve-se privilegiar o uso de modelos de linguagem que rodam localmente (SLMs), garantindo, assim, a máxima proteção a textos resguardados por direitos autorais.





Imagem <https://www.freepik.com/>

2. DIRETRIZES PRÁTICAS PARA CASOS DE USO

O texto a seguir apresenta-se como um guia de sugestões não exaustivo de uso responsável de IA. Para cada atividade está indicado o uso da IA como ferramenta, o que é obrigatório ser feito e se é necessário, ou não, divulgar ao público leitor.

Geração/assistência de texto (rascunhos, ideias, resumos):

- Permitido como ferramenta: para *brainstorming*, superação de bloqueio criativo, geração de rascunhos iniciais e resumos de conteúdo extenso.
- Obrigatório: revisão humana completa, reescrita substancial para garantir voz autoral, verificação de fatos (“alucinações” são comuns) e checagem de plágio. Não “copiar e colar”.
- Divulgação: recomenda-se a divulgação somente se a contribuição da IA for significativa para o texto final.

Tradução:

- Permitido como ferramenta: para gerar uma primeira versão da tradução, especialmente para línguas menos comuns, ou para auxiliar tradutores humanos.
- Obrigatório: revisão completa por tradutor humano qualificado para garantir precisão, nuances culturais, estilo e terminologia correta. A IA pode falhar em capturar especificidades contextuais e culturais brasileiras.
- Divulgação: recomenda-se informar se a IA foi utilizada como ferramenta de apoio significativa no processo de tradução. Priorizar tradutores humanos em todos os processos.

Revisão e edição:

- Permitido como ferramenta: para verificação gramatical, ortográfica, de pontuação e sugestões básicas de estilo.
- Obrigatório: a revisão textual (coerência, coesão, argumento, estrutura, adequação ao público) deve permanecer sob responsabilidade de editores e revisores humanos. A IA não substitui o julgamento editorial.
- Divulgação: geralmente não necessária para correções básicas, apenas se a IA reescrever ou reestruturar significativamente o texto.

Criação de imagens e elementos gráficos:

- Cautela: grande parte das ferramentas é treinada com imagens protegidas por direitos autorais, sem o consentimento prévio dos criadores. Logo, o conteúdo gerado pode não ter proteção autoral. Muitas editoras e periódicos internacionais já proíbem o uso de imagens geradas por IA para capas ou ilustrações, exceto se a própria IA for o objeto de estudo.
- Recomendação: priorizar artistas, ilustradores e designers humanos. Se a IA for utilizada (ex: para elementos gráficos abstratos ou como parte do processo criativo documentado), garantir que a ferramenta escolhida tenha bases legais claras para seus dados de treinamento (ex: Adobe Firefly) e divulgar o uso.

Marketing e divulgação:

- Permitido como ferramenta: para gerar ideias de campanhas, rascunhos de textos promocionais, análise de tendências de mercado e segmentação de público (com cuidado ético e respeito à privacidade).
- Obrigatório: revisão humana para garantir que a comunicação seja precisa, ética, alinhada à marca e não contenha desinformação ou promessas enganosas. Cuidado com vieses na segmentação!

3. DESAFIOS ESPECÍFICOS DAS EDITORAS BRASILEIRAS

Colonização algorítmica e cultural:

- Precisamos estar cientes de que a maioria das IAs globais reflete perspectivas e bases de dados do Norte Global, podendo invisibilizar ou distorcer a cultura, a história e as nuances linguísticas brasileiras.
- Incentivar e, quando possível, apoiar o desenvolvimento e uso de ferramentas de IA treinadas com dados brasileiros e em português brasileiro.
- Exigir dos fornecedores globais maior representatividade de dados e culturas lusófonas.

Combate à pirataria no treinamento:

- Posicionar-se ativamente contra o uso de conteúdo pirateado para treinar IA.
- Verificar as fontes de dados das ferramentas utilizadas e preferir aquelas com políticas transparentes e éticas.

DBL



Assimetria de mercado e acesso:

- Reconhecer a dificuldade de pequenas e médias editoras brasileiras competirem com grandes *players* internacionais, que têm acesso facilitado e recursos para investir em IA.
- Explorar soluções de IA de código aberto (*open source*) ou modelos de custo mais acessível, sempre avaliando a ética e a segurança.
- Buscar parcerias e iniciativas setoriais (via associações de classe, por exemplo) para compartilhar conhecimentos e custos e desenvolver soluções adaptadas à realidade brasileira.

Treinamento e conformidade:

- Promover o letramento em IA entre colaboradores, autores e parceiros, focando o uso ético, responsável e crítico da tecnologia.
- Desenvolver políticas internas claras sobre o uso permitido e proibido de IA em cada etapa do processo editorial.
- Estabelecer mecanismos de verificação e auditoria interna para garantir a conformidade com estas diretrizes.



Imagem <https://www.freepik.com/>

4. SUGESTÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DE IA NA SUA EDITORA

Estas sugestões são fundamentadas nos princípios da ABNT NBR ISO/IEC 42001, que orienta as empresas na gestão ética e responsável da inteligência artificial em suas operações internas.

1 Liderança

- **Compromisso da liderança:** é importante que os donos ou diretores da editora acreditem no projeto de IA. Eles devem garantir que haja dinheiro, tecnologia e pessoas suficientes para fazê-lo funcionar. A IA pode ser parte do dia a dia da editora, como uma nova etapa no processo de edição de um livro.
- **Criar uma política de IA:** é importante que a editora escreva suas “regras do jogo” para a IA. Esse documento deve dizer por que a editora está usando IA (ex: “Usar IA para ajudar nossos editores e autores, não para substituí-los”). A política também deve estabelecer o compromisso da editora com o aprimoramento contínuo e com o rigoroso cumprimento da legislação vigente, como a de direitos autorais.
- **Definir quem faz o quê:** a liderança precisa deixar claro quem é o responsável por cada parte da IA. Por exemplo, quem decide qual programa de IA comprar? Quem vai conferir se o trabalho da IA está correto? Todos precisam saber quem procurar para cada assunto.

2 Planejamento e gerenciamento de riscos

- **Análise de riscos da IA (geral):** é fundamental que a editora reflita sobre o que pode dar errado ao usar IA. Recomenda-se avaliar criticamente como a IA pode atrapalhar os objetivos da editora e o que aconteceria se esses problemas realmente ocorressem.
- **Análise de impacto nas pessoas (muito importante):** a editora deve pensar em como o uso de IA pode afetar as pessoas (leitores, autores, funcionários) e a sociedade em geral.
- **Impacto em indivíduos e grupos:** é preciso pensar e anotar como a IA pode afetar pessoas ou grupos. Por exemplo, se a editora usar IA para escolher quais livros publicar, é preciso verificar se o programa não reproduz preconceitos e acaba rejeitando livros de certos grupos.
- **Impacto na sociedade:** uma editora precisa considerar impactos sociais. Por exemplo, usar IA para criar capas de livros afeta o trabalho de ilustradores? Usar IA para escrever textos pode espalhar informações erradas?
- É imprescindível que essa análise de impacto seja documentada e arquivada para consultas futuras.



Imagem <https://www.freepik.com/>

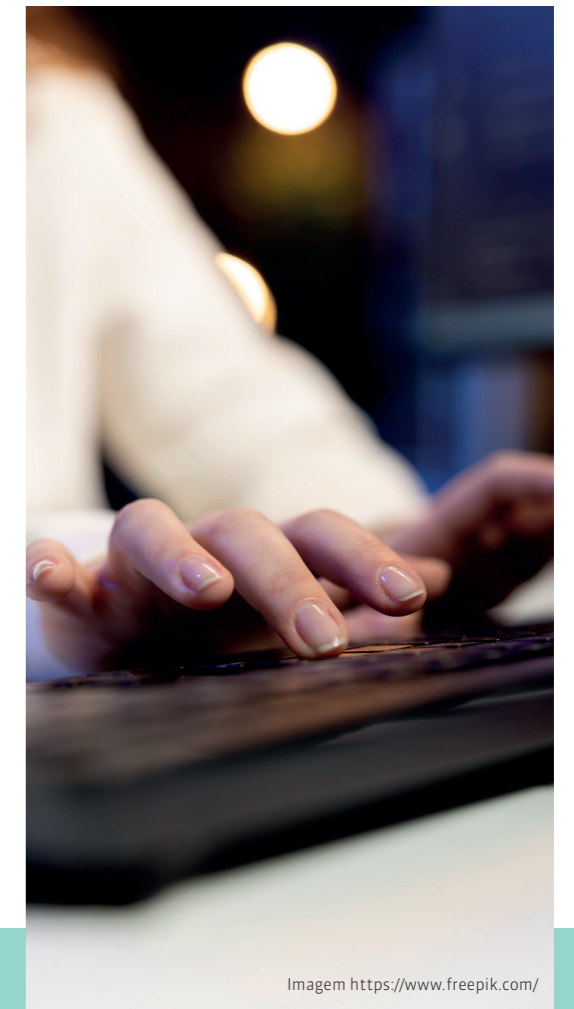


Imagem <https://www.freepik.com/>

- **Definir objetivos para a IA:** a editora precisa estabelecer metas claras para o uso de IA, de acordo com regras internas. As metas podem ser, por exemplo: “ser justo”, “ser transparente” (explicar como usa), “proteger a privacidade” e “ser responsável” pelo que a IA faz.

3 Recursos e conhecimento

- **Dados para a IA (se aplicável):** se a editora for “ensinar” uma IA (por exemplo, usando seus livros antigos para treinar um corretor de estilo), ela precisa organizar e documentar tudo sobre esses dados.
- **Origem dos dados:** é fundamental anotar de onde vieram os dados usados para treinar a IA (ex: “A editora tem permissão legal para usar esses livros para treinar a IA?”).
- **Qualidade dos dados:** a editora deve definir o que é um “dado de qualidade” e garantir que os dados usados sejam bons o suficiente. É preciso tomar cuidado com preconceitos que possam existir nos dados.
- **Pessoas e conhecimento:** a editora precisa:
 - Decidir qual conhecimento as pessoas (editores, designers) precisam ter para trabalhar com IA.
 - Garantir que essas pessoas realmente tenham esse conhecimento (com treinamento, por exemplo).
 - Anotar quem sabe fazer o quê (ex: “Quais editores já fizeram o curso para usar a ferramenta de IA?”).



Imagem <https://www.freepik.com/>

4 Uso no dia a dia e gerenciamento da IA

- **Gerenciamento do começo ao fim:** a editora deve cuidar da ferramenta de IA desde a ideia inicial até o dia em que ela deixar de ser usada.
- **Requisitos e especificações:** antes de começar a usar uma IA, a editora deve escrever exatamente o que ela espera que o programa faça (ex: “O programa de IA que detecta plágio não pode errar e acusar um texto original mais de 1 vez a cada 100 textos”).
- **Testes e aprovação:** a editora deve criar um plano de testes para a IA antes de colocá-la para funcionar de verdade. É preciso definir o que é “passar no teste”; por exemplo, um limite de erros que o programa pode cometer.
- **Acompanhamento no dia a dia:** não basta implementar a IA e dispensar sua gestão. É preciso monitorá-la sempre. Se for uma IA que aprende com o uso, o cuidado deve ser redobrado para garantir que ela não passe a gerar resultados errôneos ou inesperados.
- **Registrar o que a IA faz:** a editora deve manter um “diário” automático (logs) de tudo o que a IA faz. Isso é importante para, se algo der errado, ser possível entender o que aconteceu.

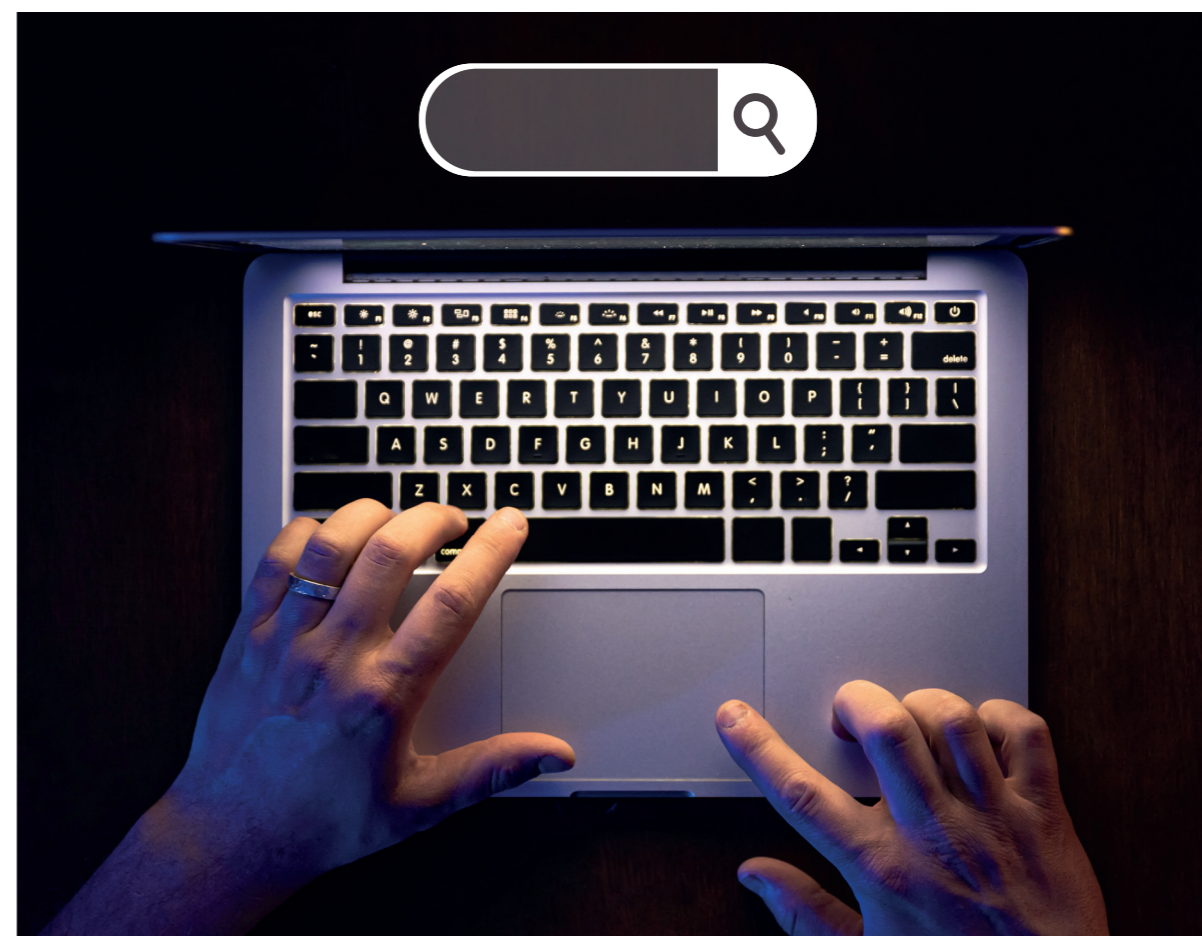


Imagem <https://www.freepik.com/>



Imagem <https://www.freepik.com/>

5 Comunicação e relacionamento (com autores, leitores e fornecedores)

- **Informação para usuários e interessados:** a editora deve ser clara com as pessoas. Isso inclui avisar quando alguém está “falando” com uma IA (como um robô de atendimento) ou consumindo um produto feito por IA (como um audiolivro com voz artificial).
- **Canal para reclamações e preocupações:** a editora deve criar um caminho fácil para que:
 - os próprios funcionários possam avisar se acharem que a IA está sendo usada de forma errada.
 - leitores e autores possam relatar problemas (por exemplo, se encontrarem preconceito ou erros graves em um texto gerado por IA).
- **Fornecedores (programas de terceiros):** quase sempre, a editora vai comprar um programa de IA de outra empresa. Nesses casos, a editora deve ter um processo para garantir que esse fornecedor também seja responsável. A editora deve exigir que o fornecedor entregue manuais e documentos que expliquem como a IA funciona.
- **Clientes (leitores e autores):** a editora deve pensar no que seus leitores e autores esperam. Isso inclui ser honesta sobre os limites do uso de IA. Por exemplo, colocar um aviso claro dizendo que “este resumo foi feito por IA e pode conter erros”.

DIRETORIA CBL - BIÊNIO 2025/2027

Presidente

Sevani Matos – VR Editora

Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

Diego Drummond – Drummond Livraria

Vice-Presidente de Comunicação e Sustentabilidade

Luciano Monteiro – Ed. Moderna / Grupo Santillana

Vice-Presidente de Operações

Hubert Alquéres – BCMD Participações

Diretores Editores

Carolina Riedel – Editora Pensamento Cultrix

Daniel Pinsky – Editora Contexto/Labrador

Henrique Farinha – Editora Évora

Diretores Livreiros

Leandro Teles – Leitura Distribuidora e Representação

Mara Cortez – Cortez Editora e Livraria

Rute Pedri – Distrib. Curitiba de Papéis e Livros

Diretores Distrib. e Importadores de Livros

Marcelo Gioia Antunes de Oliveira – Bookwire Brazil

Distribuição de Livros Digitais

Paulo Victor – Inovação Distribuidora de Livros

Vitor Tavares – Distribuidora Loyola de Livros

Diretores Empresas de Venda Direta de Livros

Jonatha Abel Santos Jacintho – Ciranda Cultural

Editora e Distribuidora

Karine Pansa – Girassol Brasil Edições

Luís Antonio Torelli – Trilha Educacional

Diretores Suplentes

James Antonio Misse – Editora Pé da Letra

Miriam Gabbai – Callis Editora

Paulo Moregola – Editora FTD

Renata Sturm – Maquinaria Sankto Editora e

Distribuidora

COMISSÃO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Coordenação

Cinthy Müller – Editora Todavia e Baião

Membros

Camila Cabete Machado – Harper Collins

Daniel Pinsky – Editora Contexto/Labrador

Fernanda Gomes Garcia – Câmara Brasileira do Livro

Gerson Luiz Barbosa Ramos – Editora Planeta

José Fernando Tavares – Booknando

Lis Ribeiro – Câmara Brasileira do Livro

Marcelo Gioia – Bookwire

Simei Manoel Junior – Bookwire

FICHA TÉCNICA

Coordenação editorial

Cinthy Müller

Conteúdo

José Fernando Tavares

Cinthy Müller






Diagramação/Design

Kiko Welbber

Impressão





-  www.cbl.org.br
-  [@camaradolivro](https://www.facebook.com/camaradolivro)
-  [@cbloficial](https://www.instagram.com/cbloficial)
-  [@cbl_oficial](https://twitter.com/cbl_oficial)
-  [camara brasileira do livro](https://www.linkedin.com/company/camara-brasileira-do-livro)

Rua Cristiano Viana, 91
Pinheiros São Paulo SP 05411-000
Telefone: (11) 3069-1300